FRENTE DE ESQUERDA
(PSOL e PSTU)

PROGRAMA
DE GOVERNO
2014

Nem o passado como era,
nem o presente como está.

Introdução: romper com o Sistema da Dívida

A Frente de Esquerda (PSOL, PSTU) se apresenta nestas eleições de 2014 na esteira de uma situação essencialmente nova. Nosso povo foi protagonista de grandes jornadas de lutas nos últimos tempos. As Jornadas de Junho de 2013 tiveram um significado histórico para o Brasil e nosso programa está a serviço da luta política conseqüente para levar a cabo o conjunto de reivindicações dos milhares de cartazes e twitters que estamparam as ruas e as redes sociais naqueles meses de levante juvenil e popular.

Desde a democratização do país e da promulgação da Constituição de 1988, os trabalhadores brasileiros vêm acumulando experiências e reivindicações em sua luta por independência política frente às classes dominantes e por um país que seja voltado aos interesses da maioria do povo. As grandes jornadas de luta do final dos anos de 1970 protagonizadas pelos operários da indústria automobilística expuseram a fratura de um regime de acumulação intensiva que, no chão-de-fábrica, reproduzia e se apoiava no autoritarismo do regime político. É possível definir como o início do fim da ditadura militar o combate iniciado nos locais de trabalho que se alastraram por toda a sociedade durante os anos 1980, com presença marcante do serviço público nas lutas pela democratização do Brasil e contra os efeitos da recessão de 1983 e a pressão hiperinflacionária daqueles tempos. Tais lutas produziram seus instrumentos políticos, sindicais e sociais como o PT, a CUT e o MST.

Com a chegada do PT ao governo em 2002 tal ciclo se completou, por um lado, e se frustrou por outro, visto primou a lógica de manutenção dos princípios econômicos que favorecem ao capital financeiro, correspondendo-lhe alianças político-partidárias que não têm qualquer vínculo com o programa histórico daquelas lutas que levaram o PT ao governo.

O domínio do capital financeiro não se expressa por uma suposta subordinação do capital produtivo (ou industrial) a um capital diferente e mais perverso que é rentista. Não. O capital financeiro corresponde ao mesmo tempo a uma forma necessária de existência do capital, enquanto capital fictício (aquele que ainda não existe e que poderá ou não vir a ser produzido no futuro ou apropriado de outros capitais), o qual surge naturalmente no processo de troca e que é pressuposto e condição do desenvolvimento do próprio valor, mas também é um fenômeno histórico novo no processo do desenvolvimento do capitalismo, como um desdobramento de suas tendências. No capital financeiro aparecem unidas, em sua totalidade, todas as formas parciais de capital. Neste sentido, não é uma forma particular do capital ao lado de outras, mas uma tendência que ou processo que articula e domina as demais formas particulares do capital, sem se fixar em nenhuma delas, mas impondo sua lógica de valorização.

O neoliberalismo foi a forma política assumida pela financeirização. É sua expressão de poder. E, na esfera do Estado, a dívida pública é sua síntese mais pura. Os títulos públicos são formas típicas de capital fictício. Não consistem em direitos de propriedade sobre capitais ativos e produtivos em funcionamento. O empréstimo correspondente já foi gasto e o valor real que representavam esses títulos desapareceu, de forma que os juros auferidos pelos títulos públicos correspondem apenas a futuros impostos a serem cobrados. Por isso, cada vez que o governo decide elevar os juros internos ele está decidindo aumentar a parcela da renda nacional que entrega aos credores da dívida (que são os grandes bancos, as grandes empresas e as famílias milionárias). O custo disso é a redução dos investimentos públicos em políticas sociais como saúde, educação, segurança e transporte. Essa verdadeira sangria do povo é agravada pela política tributária regressiva que atinge os mais assalariados e mais pobres e pelo conjunto da política econômica

No Rio Grande do Sul, como em todo o país, os anos 1990, foram marcados pela hegemonia neoliberal, que deixou profundas cicatrizes sobre as conquistas históricas dos trabalhadores e do povo brasileiro. Foi a década da “desertificação” provocada pela retirada de direitos previdenciários, privatização criminosa do patrimônio público, fragmentação da classe trabalhadora e precarização das condições de trabalho, os quais foram possíveis pela pressão colocada pelo crescimento do desemprego.

Tal situação foi agravada por meio de uma política econômica baseada em altas taxas de juros, câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. Elementos que se combinam e produzem o que qualificamos de Sistema da Dívida, que não é outra coisa senão a financeirização do conjunto dos processos de reprodução social, em particular, dos mecanismos de financiamento público..

Nos anos 90, surge uma nova forma de captar recursos: o setor bancário e as empresas privadas contraem empréstimos no exterior e investem em títulos públicos, o governo paga em troca juros mais altos e ainda oferece proteção contra o câmbio. Houve uma mudança no perfil da dívida pública, antes predominantemente externa, a partir do governo FHC, passa a ser predominantemente interna. Tais elementos foram essencialmente mantidos pelos governos que se seguiram.

Durante o primeiro governo Lula de 2003 a 2006 foram mantidas todas as restrições ao gasto e ao endividamento do período anterior, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) instituída por FHC no ano 2000 de controle sobre os gastos públicos, algo que em nível estadual significou o arrocho salarial do funcionalismo público. A conjuntura favorável às exportações dos países periféricos, ou seja, a exportação das chamadas *commodities* agrícolas e minerais envolvendo o agronegócio e produtos industriais de baixo conteúdo tecnológico – que objetivam, sobretudo produzir divisas – permitiram as condições econômicas para que o governo do PT acomodasse um bloco de poder. Por meio do Estado, o governo reforçou a lógica financeira utilizando-se do BNDES, dos fundos de pensão (ligados à burocracia sindical) e de investimentos para garantir o fortalecimento de grandes grupos econômicos nacionais. Politicamente tal bloco de poder alicerçou-se no consentimento de setores sociais subalternos por meio de políticas redistributivas focalizadas e insuficientes, ainda que necessárias.

Já no segundo mandato de Lula no início do ano de 2006, o governo isentou de Imposto de Renda o capital estrangeiro investido na dívida interna, alegando que assim melhoraria o perfil da dívida, uma vez que estes capitais teriam uma suposta propensão de aplicação em atividades produtivas e de maior permanência, reduzindo instabilidades financeiras. Mas esses investidores que tinham acabado de comprar os títulos brasileiros ameaçaram fugir para o exterior em busca de juros mais altos e maior segurança. O governo teria que aumentar os juros para que estes capitais permanecessem no país, então tomou a decisão de comprar estes títulos pelo seu valor total, pagando US$ 4 bilhões antecipadamente para “manter a confiança dos mercados financeiros”.

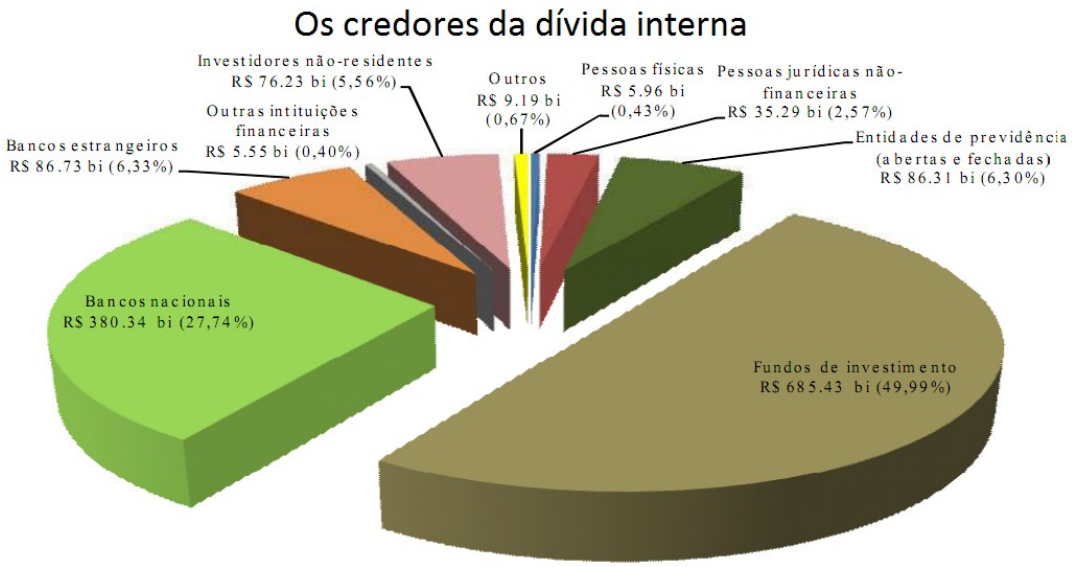
Sob o Governo Dilma, os números com relação à divida pública seguem assustadores. O Orçamento para 2014 prevê recursos no montante de R$ 2,383 trilhões. Desse valor, estão destinados para o serviço da dívida 42,42%, isto significa que estão previstos gastos com a dívida em 2014 de R$ 1,002 trilhão. Enquanto isso, para Saúde 3,91%, Educação 3,44%, Transporte 1,03%, Segurança Pública 0,35%, Energia 0,08%.

O que aqui chamamos Sistema da Dívida opera a partir de quatro pilares:

Modelo Econômico e Tributário: Orientado à obediência de ajustes fiscais, Antirreformas, controle inflacionário, arranjos contábeis, aplicação de mecanismos meramente financeiros outras medidas impostas por organismos internacionais.
Regras Jurídicas: modificação de leis que garantem poderes para o setor financeiro; prioridade para o pagamento da dívida financeira.
Poder Político: Poder financeiro financia campanhas eleitorais e meios de comunicação; as alianças políticas subordinadas aos imperativos pragmáticos e econômicos acomodam o bloco de poder.
Corrupção: Serve para desviar o conhecimento do domínio financeiro. Viabiliza aprovação de medidas anti sociais.

Ainda que nos anos de 1980 a crise fiscal já se articulasse com as principais regularidades macroeconômicas que permitem a acumulação financeira do período atual, o ambiente de crise e hiperinflação ocultava a funcionalidade do endividamento público. Nos anos 1990, a dívida explodiu como resultado das políticas econômicas do governo federal (Plano Real, juros elevados e concentração da renda nacional). Foi assim que a União levou os estados à beira da insolvência e, depois de criar o problema do endividamento dos entes da federação, oferece como solução benevolente e irônica: mais endividamento! E com regras que impedem que os estados consigam se tornar solventes. Um efeito bumerangue no qual a União cria a dívida dos estados, transforma essa dívida em crédito para si e ainda desenvolve mecanismos para tornar os estados dependentes e subordinados à União de forma permanente, ao impor um índice superior à inflação como é o IGPDI e a ilegal Tabela Price, que prevê a cobrança de juros sobre juros, uma prática que é condenada pela legislação brasileira (Súmula 121 do STF).

Assim, a dívida pública interna tornou-se o principal eixo de acumulação rentista-patrimonial desde 1991. Por diferentes meios (Lei Kandir, LRF, dívidas públicas estaduais, divisas produtos das exportações de commodities), o Sistema da Dívida subordina os estados e municípios à sua lógica, direcionando grande parte da receita líquida dos estados ao ralo da Dívida Pública Federal, aumentando a carga tributária, diminuindo o repasse da União aos estados e enriquecendo as cinco mil famílias mais ricas do país.



Fonte: Jornal GGN 03/11/2013

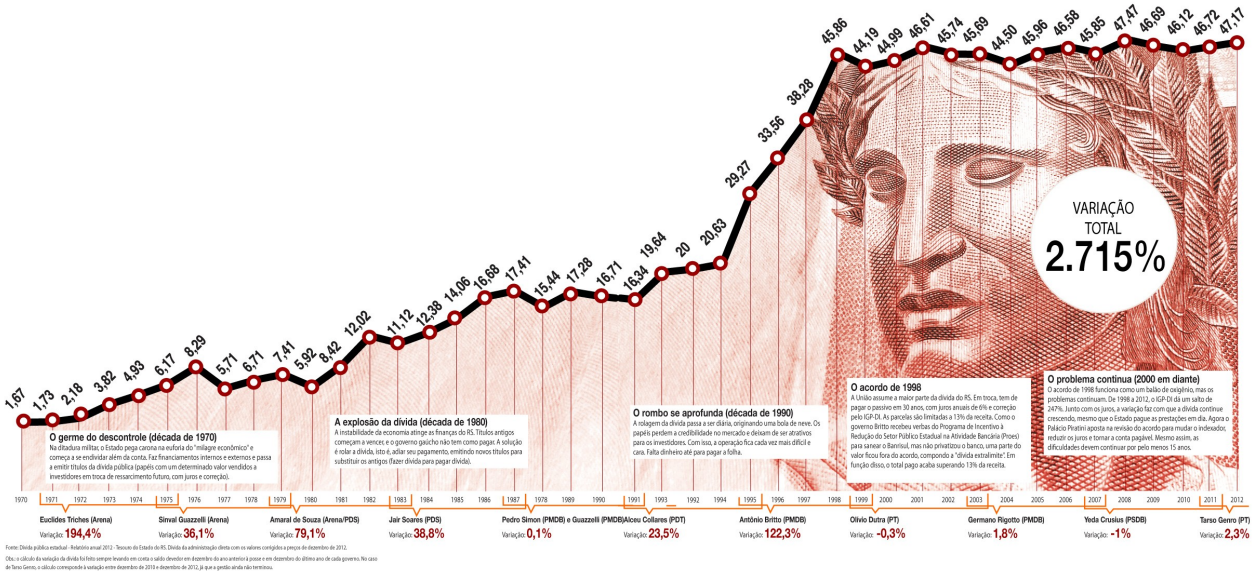
Os dividendos da sangria da dívida sustentam lucros exorbitantes das instituições financeiras e determinam o modelo de desenvolvimento altamente concentrador de riqueza e renda, depredador do ambiente natural com o agronegócio, que não é outra coisa que a expressão do domínio financeiro no campo e, no que diz respeito aos serviços públicos, corresponde a uma deterioração da capacidade do Estado em investir em serviços essenciais à população como saúde, educação, segurança e transporte. Como uma economia não pode sustentar-se apenas da especulação financeira, os bancos oferecem créditos que estimulam o consumo interno, mas desorganizam o orçamento doméstico pelos juros altos, causando altos índices de inadimplência na população.

Os brasileiros chegaram ao fim de 2013 devendo — somente aos bancos — um total de pouco mais de R$ 1,2 trilhão, o maior saldo da história, segundo dados do Banco Central. O saldo devedor do cheque especial, por exemplo, é o maior já registrado, com alta acumulada de 20,9% no ano. Os débitos com o cartão de crédito na modalidade rotativa — quando se quita apenas o valor mínimo da fatura — cresceram 6,2% nos 10 primeiros meses, mais do que os pagamentos à vista com cartão, nos quais não incidem juros, com alta de 5,1%. A soma do que os brasileiros devem às instituições financeiras representa, hoje, mais de um quarto (25,8%) do Produto Interno Bruto (PIB)".

Por isso o programa da Frente de Esquerda, busca condensar as reivindicações das Jornadas de Junho de 2013, política e economicamente, tendo como alvo principal de sua política econômica a ruptura com o Sistema da Dívida e a partidocracia que o sustenta. Só será possível, do ponto de vista estadual, governar para a maioria e atender às reivindicações de investimento na saúde pública, na valorização do funcionalismo estadual e na melhora dos serviços públicos enfrentando o ciclo vicioso do endividamento estadual.

1. A dívida pública do RS

1. 1 Breve Histórico



Fonte: Jornal Zero Hora, 10/08/2013.

As origens da dívida do RS remontam aos tempos da ditadura militar. O chamado “milagre brasileiro” dos anos 1970, do ponto de vista estadual, de 1971 a 1975 produziu um aumento de 194, 4% no endividamento do estado, por meio de financiamentos internos e externos que geraram a emissão de títulos da dívida pública. Como produto da situação econômica dos anos 1980 e da política dos governos que seguiram a receita do arrocho, a dívida salta de R$ 5,9 bilhões em 1980 para mais de R$ 17 bilhões em 1989.

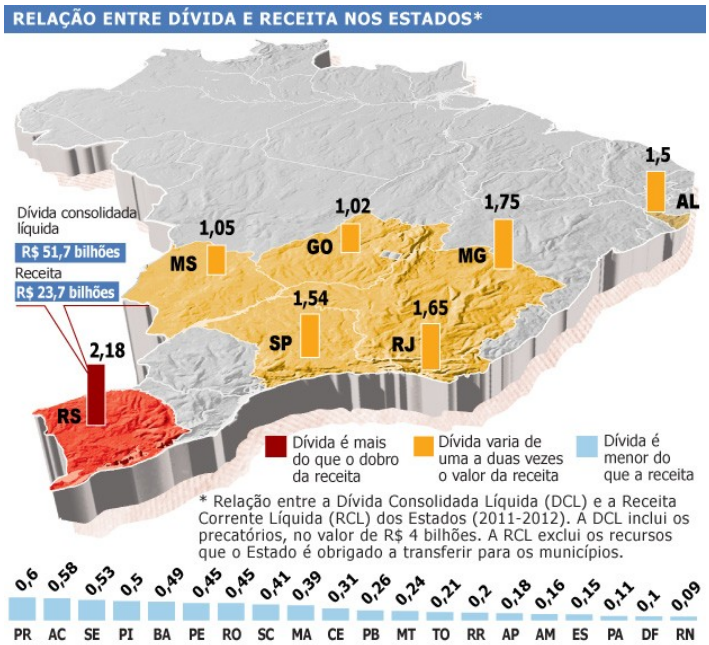
Contudo, é na década de 1990 que a situação se agrava irremediavelmente. Após a aprovação da Lei Complementar nº 87/1996, conhecida como Lei Kandir, promoveram-se mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre as quais a desoneração deste tributo de competência estadual sobre as exportações de produtos primários e semi elaborados, produtos essenciais à economia gaúcha. A medida de isenção fiscal, imposta pelo governo federal mediante esta lei, visava dar maior “competitividade” ao produto brasileiro no mercado internacional. Foi oferecido aos estados um “seguro-receita” como forma de ressarcimento das possíveis perdas de arrecadação. O resultado, entretanto, foi uma perda significativa na capacidade de arrecadação do estado e, conseqüentemente, mais endividamento. De R$ 16,7 bilhões, a dívida passa a R$ 45,8 bilhões ao final do governo Britto em 1998. A dívida rolava diariamente e o governo à época seguiu priorizando o seu pagamento, mesmo em detrimento da folha, ou seja, arrochando o funcionalismo público estadual, em especial, os trabalhadores em educação.

O governo Olívio assume após um acordo realizado, durante o governo FHC, no qual a União assumia a maior parte da dívida passando o passivo para 30 anos, sendo corrigido pelo IGP-DI e com juros anuais de 6%. As parcelas de pagamento da dívida não poderiam ultrapassar 13% da receita, no entanto, ultrapassavam. Durante este período, formou-se um movimento de alguns governadores pela moratória das dívidas estaduais, encabeçado por Itamar Franco, à época governador de MG. Mas o primeiro governo petista no RS não enfrentou o tema e foi capturado pelo Sistema da Dívida. Quando Olívio deixou o governo em 2002, o endividamento público do estado seguia em torno de R$ 45,7 bilhões. Durante os anos 2000, o problema seguiu e a dívida aumentou chegando em 2012 a mais de R$ 47 bilhões. “Somente em 2012, o Executivo estadual

teve de desembolsar R$ 2,7 bilhões para honrar seus débitos, comprometendo 14,4% da receita líquida real. Com esse dinheiro, seria possível pavimentar 1,8 mil quilômetros de estradas ou ampliar os investimentos em áreas críticas, como saúde e educação". O mais escandaloso, no entanto, é que a dívida que era de R$ 10 bilhões em 1999, atualmente está em mais R$ 40 bilhões, sendo que até 2011 tinham sido pagos R$ 15 bilhões. A razão direta para esse fenômeno de crescimento exorbitante foi o uso do IGPDI como indexador e a aceitação da cobrança de juros sobre juros. Porém, a alteração do indexador não resolve o enorme passivo já pago irregularmente. É preciso rever o conjunto da dívida desde sua geração, passando pelas décadas de pagamentos indevidos. Uma auditoria rigorosa e científica provará que esta dívida já foi paga mais de uma vez e que se converteu em um abusivo mecanismo de exploração dos gaúchos e do povo.

Os governos de Germano Rigotto, do PMDB do candidato Ivo Sartori e Yeda Crusius do PSDB que compõe a aliança da candidata Ana Amélia Lemos (PP), seguiram à risca o Sistema da Dívida, penalizando ainda mais as finanças do Rio Grande do Sul. Como alertava o programa de governo do PSOL para as eleições de 2010: "A dívida com a União compromete as finanças do Rio Grande do Sul. Em 2008, o Estado destinou R$ 2,146bilhões para o pagamento de juros e amortizações, o que representou nada menos que 17,6% da Receita Líquida Real do Estado. Importante ressaltar que não foi considerado nessa quantia o pagamento de R$ 1,033 bilhão de amortizações". Da mesma forma, o programa de governo apresentado pelo PSTU naquela mesma ocasião sentenciava: "Este dinheiro, produto do suor dos trabalhadores, subtraído aos cofres públicos por uns poucos, pode ser investido nos setores sociais como saúde, educação e segurança. Ao contrário, a política do governo desde Britto, passando pela Frente Popular até o Governo Yeda, segue sendo o de corte de verbas, incentivos fiscais e enxugue de pessoal para reduzir a folha de pagamento. Ou seja, aplicar a cartilha do Banco Mundial e Governo Federal, e pagar uma dívida que já foi paga muitas vezes".

É grave o fato de que a dívida consolidada é duas vezes maior do que a receita, ou seja, é o dobro da arrecadação anual. Em nenhum outro Estado o nível de endividamento é tão alto. Segundo dados da Secretaria da Fazenda, a conta ultrapassa R$ 47,1 bilhões. E nesse valor não estão incluídos os precatórios (R$ 4 bilhões). É como se cada gaúcho já nascesse devendo R$ 4,4 mil e operando no cheque especial. Ao mesmo tempo, foram gastos mais de R$ 5 bilhões com juros e amortizações da questionável dívida do RS com a União, incluindo-se neste valor os juros que não puderam ser pagos em dinheiro pelo Estado, e significaram o aumento no endividamento.



Fonte: Jornal Zero Hora, 10/08/2013.

Os valores destinados ao pagamento da dívida superam os investimentos prioritários e essenciais para a população. Conforme mostra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Estado do Rio Grande do Sul, em 2013 o Estado executou despesas no montante de R$ 30,5 bilhões, já excluídos os R$ 7,248 bilhões transferidos aos municípios (conforme pág 3 do Relatório). Deste valor, R$ 2,5 bilhões foram destinados à Segurança Pública, R$ 4,3 bilhões à Saúde e R$ 3,5 bilhões à Educação (págs 6 e 7).

Frente a tal situação a Frente de Esquerda (PSOL e PSTU) propõe **a suspensão do pagamento da dívida e sua auditoria cidadã.** Os gaúchos não podem seguir pagando a conta social de uma matemática na qual quanto mais se paga, mais se deve. Não é possível subordinar o orçamento estadual aos interesses financeiros e à política econômica nacional de ajuste fiscal para a produção de superávit primário e transferência por meio dela da riqueza produzida pelo suor dos trabalhadores para as mãos da agiotagem dos banqueiros. Somente a mobilização do povo gaúcho, em conjunto com um governo comprometido com seus interesses pode por fim à sangria da dívida pública e colocar na agenda o pagamento da verdadeira dívida, a dívida social.

Que o povo decida sobre os recursos do Estado.
Por uma frente de prefeitos e governadores pela suspensão e auditoria da dívida!

2. Contra a falsa democracia lutar pela efetiva participação popular nas decisões do governo

A financeirização e sua face política, o neoliberalismo, também obstruíram novas conquistas democráticas. A ninguém interessa menos que os trabalhadores e o povo tome as rédeas de seu próprio destino. Para isso, deslocaram poder dos espaços tradicionais de decisão. Hoje em dia, o já insuficientes espaços políticos como executivo e o parlamento perderam poder de decisão para outros cujo controle público é ainda menor: meios de comunicação monopolizados, agências de risco país, organismos financeiros internacionais concentram atualmente o poder de decidir sobre os rumos do planeta e de nossos países.

As Jornadas de Junho no Brasil em 2013 expressaram os limites das nossas instituições representativas subordinadas às finanças e fizeram das ruas um espaço de luta pela democracia. Expuseram claramente algumas fraturas do sistema político e econômico nacionais. O mosaico das reivindicações expressas nas ruas do Brasil naqueles meses partiu do questionamento ao modelo privatista de transporte público nas grandes cidades no combate ao preço das tarifas, e logo transitou para uma discussão sobre o direito à cidade, ao rechaço à violência policial, à defesa dos serviços públicos “padrão FIFA” e ao combate à corrupção. Dessa forma, o programa da Frente de Esquerda, por um lado busca traduzir essas reivindicações em propostas que rompam com a lógica da falsa democracia na qual a política é capturada pelo poder econômico. Por isso, é preciso antes de tudo um claro posicionamento de ruptura com a lógica financeira.

A política, aos olhos do povo, está cada vez mais associada à negociata, às alianças espúrias que não expressam nenhum acordo programático, pelo contrário, apenas fatiam a máquina pública, além de favorecer a corrupção. Em nosso estado não é diferente. A candidatura de Tarso Genro (PT) está em aliança com o PTB, partido reconhecido por inúmeros esquemas de corrupção, em nível nacional e estadual. Tarso em campanha, entretanto, diz combater a corrupção. A candidatura de Ana Amélia (PP) busca polarizar com o PT no estado, mas compõe o governo de Dilma, assim como o PMDB de Ivo Sartori e o PDT de Vieira da Cunha. Ou seja, para ser fiel às grandes Jornadas de Junho de 2013, é preciso combater tais alianças sem programa e postular uma aliança prioritária com a mobilização do povo, buscando uma democracia real.

O Governo Tarso, de forma cínica, diz proporcionar espaços de participação popular, por meio de instrumentos como o Orçamento Participativo (OP) ou o Gabinete Digital. Entretanto, mesmo com um incremento da participação digital (em 2014, houve um aumento de 62%, envolvendo 255.751 gaúchos pela via digital), apenas cerca de 15% da população participou da consulta. O aumento da participação revela uma demanda por maior envolvimento do povo nas questões

políticas, no entanto, a fragilidade de tais decisões e o desrespeito sistemático às decisões dos OP's municipais, faz com que haja muita desconfiança com tais instrumentos. Ainda assim, os resultados da consulta evidenciam o que as ruas já reclamavam: Saúde, Educação, Segurança Pública, desenvolvimento rural (pelo problema mencionado no ponto 2 deste documento) e Reforma Política.

A Frente de Esquerda em seu governo pretende radicalizar a democracia nas decisões políticas. Para isso propomos:

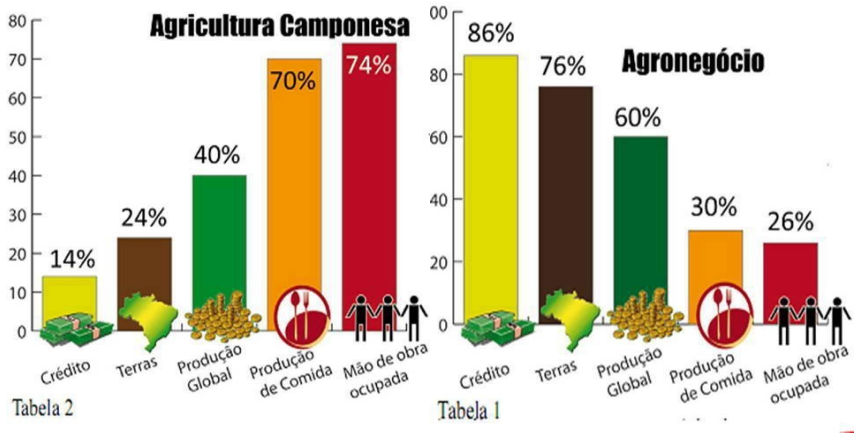
- Realização de referendos oficiais para decisão acerca de questões estratégicas do estado;
- Conselhos populares que controlem a elaboração e a execução orçamentária e realização do Congresso do Povo do Rio Grande do Sul com delegação de toas as regiões;
- Corte de pelo menos 50% dos Cargos de Confiança;
- Fim das indicações meramente políticas para dirigir estatais e secretarias de Estado, e valorização dos funcionários de carreira para comandar e escolher dirigentes, com participação direta dos servidores;
- Controle público direto nos processos e contratos de licitação de empresas;
- Dar fim às terceirizações na prestação de serviços públicos essenciais e fiscalização permanente quanto ao respeito aos direitos trabalhistas por parte das empresas prestadoras de serviços ao estado;
- Auditoria externa permanente nas licitações, obras e contas do governo, com acompanhamento da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais;
- Lutar pelo fim das indicações políticas no Tribunal de Contas do Estado;
- Em nosso governo, o governador e seus secretários abrirão mão de sigilo bancário e fiscal durante os seus mandatos;
- Publicação anual da evolução patrimonial de governador e secretários.
- Combate aos privilégios e altos salários dos políticos e defesa de mandatos revogáveis;
- Fim do financiamento privado de campanha;

3. Agronegócio e Agricultura Familiar Camponesa

O agronegócio é a expressão do domínio do capital financeiro no campo. É entendido como a soma de quatro segmentos: a) insumos para a agropecuária, b) produção agropecuária básica, também chamada de primária, c) agroindústria (processamento) e d) distribuição.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), também vinculada à ONU, a agricultura camponesa responde por mais de três quartos dos empregos no campo no Brasil. É responsável ainda por produzir a maior parte dos alimentos que chegam à mesa das famílias em todo o território nacional: 70% do feijão, 86% da mandioca, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves. Mais de 80% dos estabelecimentos rurais são familiares.

Entretanto, o agronegócio é que ocupa a maior parte das áreas agrícolas no país: 75% do território brasileiro destinado à agropecuária estão nas mãos dos grandes latifundiários. O agronegócio também fica com a maior parte dos recursos destinados ao financiamento das safras. Só no ciclo atual (2013/2014), o Plano Safra do governo federal reserva R$ 39 bilhões ao agronegócio, ao passo que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), igualmente do governo federal, contou com R$ 18,6 bilhões em 2013. No mesmo ano porém, a agricultura familiar foi responsável por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e por 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural brasileiro (cerca de 12,3 milhões de pessoas).



Fonte: Censo IBGE 2006

É bom lembrar que o desenvolvimento rural, não apenas no RS, mas no Brasil, desse período recente, está marcado pelo modelo agrícola conduzido pelo agronegócio empresarial, produto histórico da articulação entre o capital financeiro, o capital industrial, a grande propriedade territorial. Fortemente apoiado por intervenções estatais, esse modelo baseia-se no uso combinado e intensivo de insumos modernos, como máquinas e tratores, fertilizantes químicos e corretivos, controle químico de pragas e doenças, irrigação, sementes geneticamente modificadas e rações e suplementos alimentares. Concomitantemente, esse sistema tem sido acompanhado de transformações organizacionais da produção e nas relações de trabalho. O modelo de produção do agronegócio, ainda exige o uso intenso dos agrotóxicos - batizados eufemisticamente de "defensivos agrícolas". O Brasil lidera, há pelo menos cinco anos, o consumo mundial de agrotóxicos: em torno de 800 milhões de litros/ano, de acordo com a Campanha Permanente contra o Agrotóxico e pela Vida, a qual reúne diversos movimentos da sociedade civil organizada.

Os privilégios que garantem a lucratividade do agronegócio brasileiro estão ligados a um processo consciente de reprimarização da economia. Baseando as reservas em dólares do país em divisas provindas da exportação de *commodities*, garantindo créditos mais fáceis ao latifúndio e sem mexer na estrutura fundiária do país, tal política garante as alianças partidárias espúrias em nome da "governabilidade" e podem explicar, por exemplo, porque a bancada ruralista capitaneada pela Senadora Kátia Abreu (ex-DEM, atual PMDB) esteja na base aliada do Governo Dilma atualmente.

Com relação aos interesses do agronegócio no país e no estado, Tarso Genro (PT), Ana Amélia (PP), Ivo Sartori (PMDB) e Vieira da Cunha (PDT) têm um acordo sólido. Apesar do discurso que possa parecer diferente, estão todos unidos à base do governo federal, implementarão a mesma política de privilégios ao agronegócio em detrimento da agricultura camponesa.

O Rio Grande do Sul está cada vez mais dependente da monocultura e do agronegócio. De acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), no acumulado de 2013, comparado com 2012, a agropecuária foi a atividade que mais cresceu, expandindo 39,7% no período. Para tanto, foram decisivos os aumentos das produções de soja (114,6%), arroz (5,3%), milho (69,6%), fumo (8,6%) e trigo (79,6%). Ao mesmo tempo, para conseguir honrar seus compromissos com o Sistema da Dívida, produzindo divisas através da exportação, o RS também tem penalizado o desenvolvimento industrial. A indústria apresentou crescimento de apenas 2,9%. Da mesma forma, a indústria de transformação cresceu 3,6%, com os impulsos positivos vindos das atividades de veículos automotores (17,2%), máquinas e equipamentos (9,4%), borracha e plástico (9,8%) e refino de petróleo (35,2%).

Negativamente, pesaram mais as atividades de calçados e artigos de couro (-4,2%) e o setor fumageiro. A construção civil cresceu 2,0%, e as demais indústrias, 0,3% no período. Os serviços expandiram 3,2%, com destaque para as taxas de crescimento do comércio (4,2%) e dos transportes (6,8%). Igualmente cresceram as atividades de aluguéis (2,5%), administração pública (2,7%) e demais serviços (2,5%). Ou seja, o crescimento do Rio Grande do Sul está cada vez mais refém do agronegócio monocultor.

3.1 O agronegócio gaúcho e a reforma agrária necessária

Com o avanço da tecnologia, devido à abertura das economias e a valorização da produção de alimentos, o setor do agronegócio gaúcho passou a ter um novo perfil. Passa de uma atividade econômica de cunho familiar para um perfil empresarial. A forte dinâmica da questão tecnológica impõe-se nas relações de trabalho. O advento da acelerada industrialização do campo nos anos 90 trouxe um forte desenvolvimento agrícola, no entanto, este rápido desenvolvimento tecnológico reduziu a geração de empregos drasticamente.

O avanço do agronegócio sobre zonas tradicionais da pecuária extensiva foi de 470 mil hectares, desde 2005, tendo seu maior impacto na região da fronteira. Tomando dados recentes podemos observar que nessas regiões de pecuária tradicional, a partir de 2009 o avanço do agronegócio foi de mais de 200 %. Municípios como Bagé, que pulou de seis mil hectares em 2009 para 35 mil, aumento de 483 %, Dom Pedrito de 21 mil hectares para 76 mil, 262 % , São Gabriel de 28 mil hectares para 65 mil, 132%, Jaguarão de 8 mil hectares para 42 mil, 425 %, foram um exemplo dessa expansão acelerada. Tomando a região da campanha e fronteira-oeste o incremento na produção agrícola foi de 112%, passando de 224 mil há para 475 mil e, no extremo sul de 242 %, passando de 77 mil há para 264 mil.

O total das áreas cultivadas no Rio Grande do Sul é de aproximadamente 7,5 milhões de hectares, deste total, em 2011, a produção de soja alcançava mais da metade com 4.600,000 de hectares, milho 1.122.000, arroz com 1.077,000 de hectares, feijão 19.200 de hectares e 370 hectares de reflorestamento para celulose.

As exportações dos principais produtos do agronegócio gaúcho em 2012/13 foram: Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, US$ 2.566.097 milhões em 2012, e de US$ 4.678.371 milhões em 2013, sendo, a soja, responsável por mais de 50% do valor total das exportações com 1.971.554 milhões em 2012 e 3.930.229 milhões em 2013.

O modelo de desenvolvimento do agronegócio está baseado na concentração de terras, na monocultura, na produção para exportação e na utilização de fertilizantes, sementes transgênicas, pesticidas de alto impacto ecológico e alimentar. Pelo papel que a agricultura de exportação cumpre na agenda dos que governam para os ricos, tanto no Estado como no país, o modelo de desenvolvimento está alicerçado no apoio aos grandes. Isto é, os sucessivos governos dão incentivos fiscais e melhores condições para os que já têm muito dinheiro. Dessa forma, até possibilitam, em alguns momentos, que os índices gerais da economia sejam parcialmente positivos. No entanto, os grandes produtores da agricultura e da pecuária têm incentivos, produzem essencialmente para exportação, então, esses incentivos governamentais não se transferem em alimentos de qualidade e a preços acessíveis para o povo gaúcho.

Por isso é preciso enfrentar este modelo a partir da combinação entre a mobilização dos trabalhadores no campo e diretrizes de um governo comprometido com a maioria do povo:

- O primeiro passo para mudar a lógica histórica do desenvolvimento rural em nosso Estado é **acabar com as inúmeras concessões e incentivos fiscais aos grandes grupos econômicos.** O governo deve garantir crédito e apoio técnico à agricultura camponesa e familiar como prioridade;
- **Reforma agrária é uma necessidade histórica.** É papel dos movimentos sociais exigi-la, é função de um governo dos trabalhadores criar as condições necessárias para tanto. A Frente de Esquerda apóia a luta do movimento camponês. Buscaremos o assentamento imediato das famílias acampadas e a criação de estruturas que possibilitem a produtividade nos assentamentos.
- **Destinação para reforma agrária das terras provenientes de grilagem ou outras irregularidades;**
- Elaboração de legislação que destine para a reforma agrária, sem indenização, as monoculturas que provocam danos ao meio ambiente, como o eucalipto, que consome grande quantidade de água;

- Alteração no sistema de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, para atender prioritariamente aos agricultores familiares, e não à grande agricultura de exportação;
- Pressão junto ao governo federal pelo **fim da Lei Kandir**, que isenta de ICMS as grandes propriedades exportadoras, com a destinação do imposto arrecadado para investimentos em infra-estrutura para a agricultura familiar e camponesa;
- Eliminação dos grandes incentivos fiscais e investimentos na grande agricultura, redirecionando-os para a agricultura familiar e camponesa;
- Promoção de **canais alternativos de comercialização dos produtos da agricultura familiar e camponesa**, como as feiras livres, de modo a impedir que o atravessador ou o varejista fique com os maiores ganhos provenientes da cadeia de produção agropecuária.

3.2 Desenvolvimento Rural e respeito Ambiental andando juntos

A mudança no ecossistema gerada pela instalação das monoculturas no Estado reduziu a capacidade de absorção da água da chuva pelo solo. Assim, volumes de chuva que antes não causavam tanto impacto, agora não são absorvidas pelo solo, indo diretamente para os rios, causando ainda mais erosão. O excesso de água nos rios chega até as cidades, provocando inúmeros danos, em especial nas áreas de risco, onde vivem os mais pobres.

Por outro lado, temos os períodos de seca, que tanto dificultam a produtividade da pequena agricultura. Esse quadro é gerado por anos e mais anos de desvio dos recursos hídricos para as grandes lavouras do latifúndio e as grandes indústrias. É urgente a criação de um fundo com recursos públicos para o apoio aos atingidos pelas tragédias naturais, evitando o desamparo total em que se encontram as populações atingidas por tais fenômenos atualmente. O Estado não pode ficar alheio a esse problema.

Para piorar, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente ainda foi alvo do esquema de corrupção revelado pela Operação Concutare da Polícia Federal em 2013. Tal investigação levou à prisão preventiva dos Secretários do Meio Ambiente do governo estadual, do PCdoB, e do Secretário Municipal de Porto Alegre, do PTB, provocando o afastamento de ambos. O loteamento da máquina pública proveniente das alianças sem programa cobrou sua fatura. O meio ambiente e a população pagaram a conta.

As questões ecológicas devem ser tratadas como um tema da maior seriedade, radicalmente diferente do que vem sendo feito.

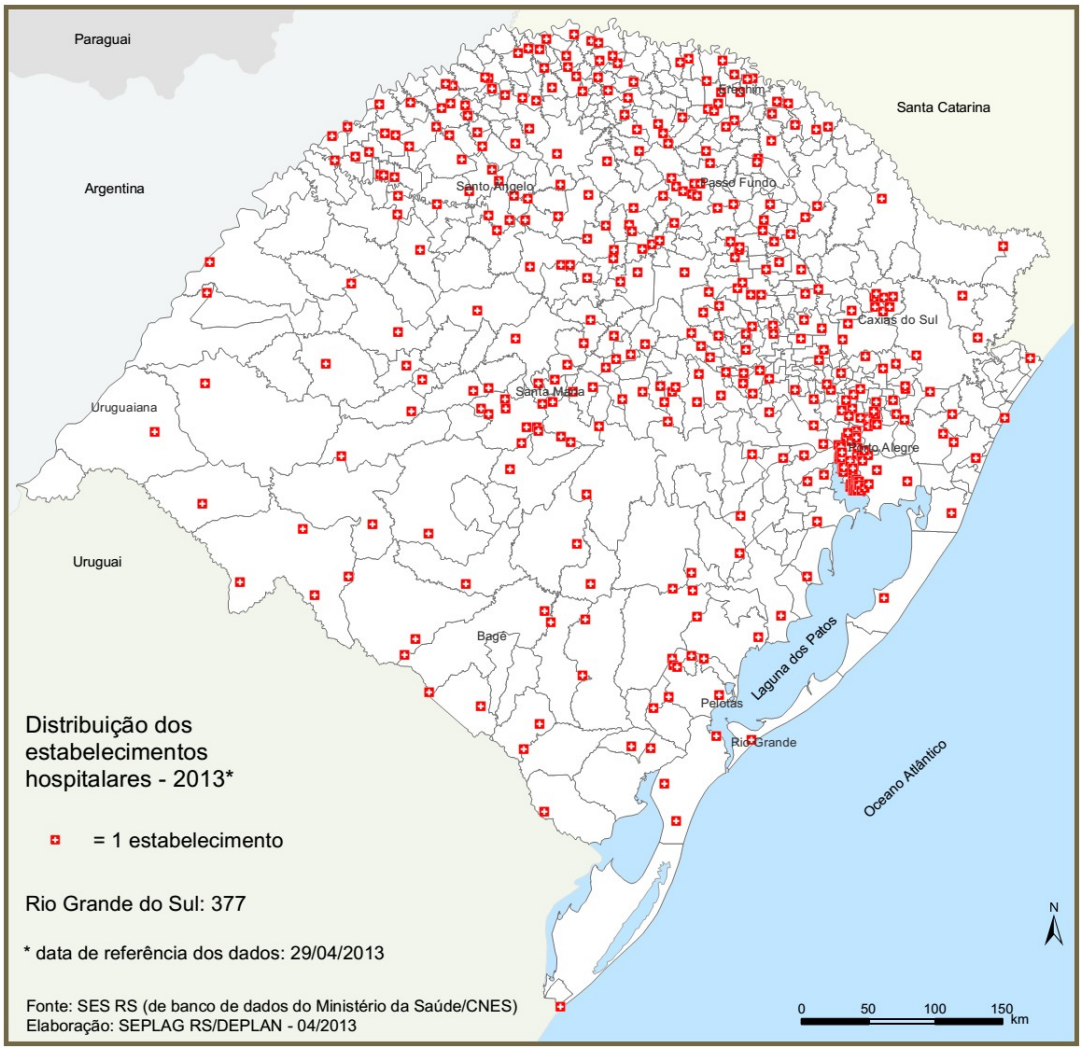
Por isso propomos:

- Recursos de financiamento do Banrisul e BRDE para créditos aos produtores que utilizarem tecnologias limpas;
- Buscar a redução drástica do plantio de transgênicos e da monocultura de eucalipto e pinus, que provocam os chamados “desertos verdes”. Maior taxação dessas plantações, bem como a fiscalização dos direitos trabalhistas e ambiental;
- Isentar de impostos alimentos hortifrutigranjeiros orgânicos garantindo o barateamento do custo do alimento saudável para a população e incentivando os pequenos produtores;
- Aumentar a fiscalização das obras com impacto ambiental, garantindo que as medidas mitigatórias obrigatórias dessas obras sejam de fato realizadas. Obras que não cumpram as medidas mitigatórias serão multadas e suspensas;
- Incentivar a coleta seletiva em todos os municípios do Estado, permitindo a reciclagem do material e a geração de emprego e renda para as comunidades locais. Estimular verdadeiras cooperativas para gerenciamento, coleta, separação e venda do material;

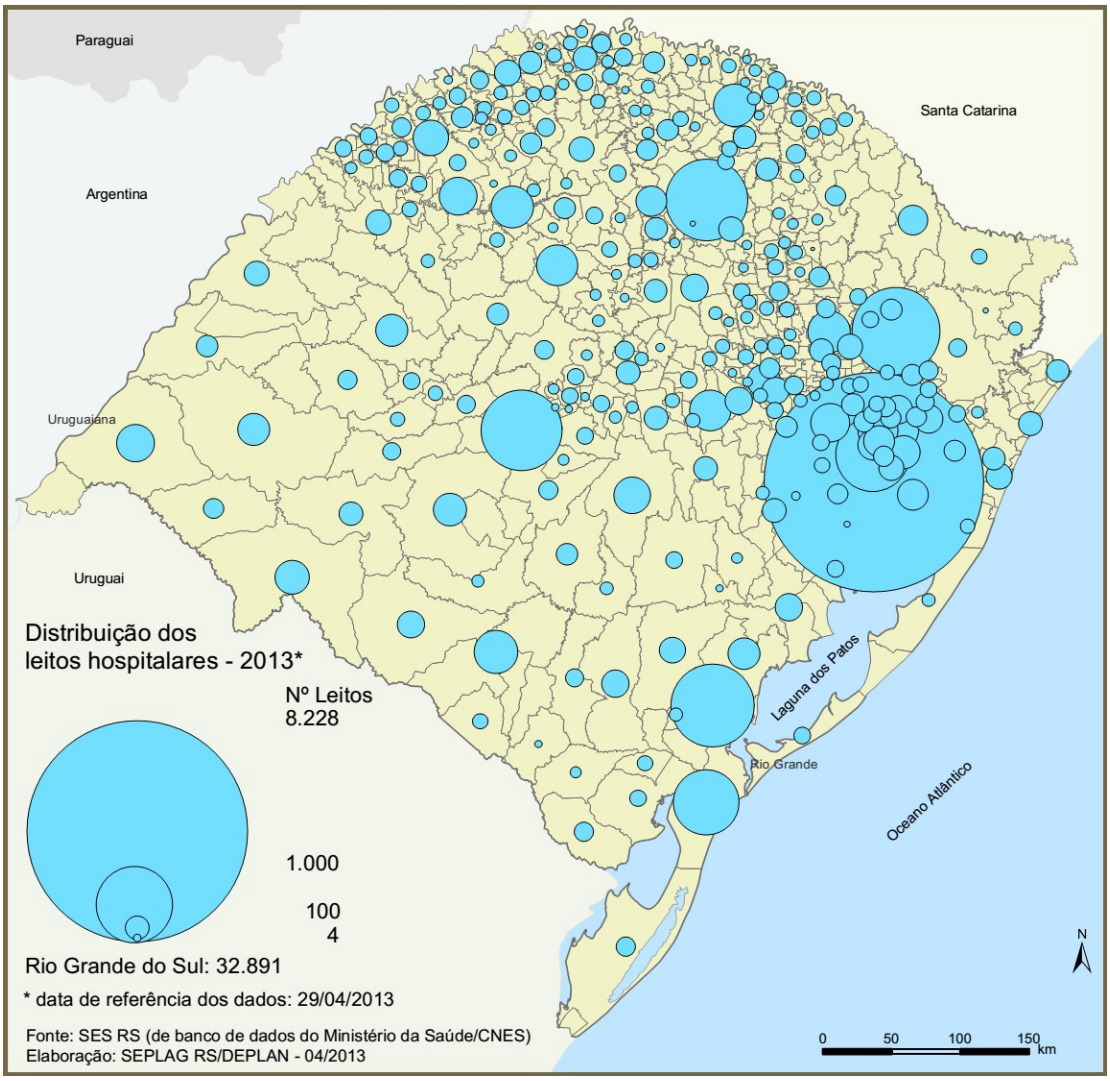
- Utilizar critério de maior geração de emprego e renda e menos impacto para autorizar projetos especiais;
- Combater o lobby da especulação imobiliária instituindo um Tribunal Estadual com os movimentos populares, sociais e ecológicos para ampliar a participação e o controle social da população sobre os grandes empreendimentos;
- Implantação dos Conselhos Populares Regionais e Locais do Clima para planejamento e execução das políticas públicas a serem executadas com os recursos financeiros gerados das multas às empresas poluidoras;
- Cidades não poluidoras e sem atividades econômicas poluidoras receberão incentivos fiscais dobrados em relação às cidades que dão incentivos fiscais aos poluidores; incentivos para as áreas de preservação ambiental destinados às áreas de mata não-explorada (mata virgem), possibilitando assim uma melhoria na qualidade do ar, diminuição de desmatamento e desertificação e não-poluição das águas, entre outros benefícios;
- Incentivar os municípios gaúchos a instalar políticas, programas e projetos que combatam o aquecimento global e produzam uma economia verde;
- Criação dos Conselhos Tecnológicos e Científicos do Clima. A ciência e a tecnologia sujas estarão submetidas à ciência limpa. Nosso governo estimulará a parceria entre universidades, instituições de pesquisa, ciência e tecnologia e movimentos sociais para formular uma Política Estadual de C&T para a Biodiversidade do Rio Grande do Sul;
- Defesa da preservação das orlas dos rios e lagos contra os interesses da especulação imobiliária;
- Formulação de uma Política Estadual de Transporte Fluvial para o Rio Grande do Sul, que garanta preservação, difusão e inserção de tecnologia nas cadeias produtiva e locomotiva locais;
- Fomentar a educação ambiental interdisciplinar na rede estadual garantindo materiais didáticos com Atlas Ambiental das Biorregiões, incluindo as bacias hidrográficas do nosso Estado.

4. Saúde Pública: garantir os investimentos, a transparência e combater a privatização

Segundo dados da SEPLAG, O Rio Grande do Sul conta atualmente como 377 estabelecimentos hospitalares distribuídos por 274 dos 496 municípios. A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) concentra a maioria dos estabelecimentos hospitalares – 74 unidades no total. Somente Porto Alegre conta com 33 estabelecimentos, ainda que existam outros importantes núcleos pelo Estado, tais como Passo Fundo, Santa Maria, Caxias do Sul e Pelotas.



Da mesma forma, os leitos hospitalares estão concentrados na RMPA que centraliza atualmente 37% dos leitos hospitalares do Estado, sendo que 25% deles encontram-se em Porto Alegre. Atualmente, do total de leitos hospitales do Rio Grande do Sul, cerda de 68% correspondem a leitos do Sistema Único de Saúde - SUS.



Como podemos ver, em nosso estado há uma centralização da saúde na capital. Em Porto Alegre se atende à grande maioria da nossa população que adoece. Diante da falta de hospitais no interior, ou quando existem não há condições humanas e técnicas para atendimento. Portanto, não resta outra saída se não realizar o deslocamento para os grandes hospitais, como o Hospital Conceição, Hospital de Clínicas e o Pronto Socorro (Ambulâncias e ônibus). É necessário haver uma descentralização abrindo novos hospitais e qualificando os já existentes.

No entanto, não basta descentralizar e entregar para iniciativa privada ou terceirizar os serviços. O primeiro ponto representa a ganância daqueles que vivem da espoliação e do lucro, enquanto a vida e a saúde não é mercadoria. O segundo, a terceirização tem trazido piora nas condições de trabalho, atendimento e, mais dramas com os vários casos de bactérias desenvolvidos por serviços mal prestados pelas empresas terceirizadas. Assim, que não podemos admitir a continuidade da política de privatização e terceirização dos serviços da saúde. Por isso a Frente de Esquerda luta contra a privatização dos hospitais públicos, defendendo 100% SUS. Por outro lado, seus dirigentes partidários ingressaram com Ação Popular para reverter o processo de terceirização dos serviços de higienização no Hospital Conceição, Hospital Cristo Redentor e Hospital Fêmina.

A Frente de Esquerda se soma à luta dos Hospitais Universitários e no repasse do financiamento para os governos municipais, pois estas medidas têm a ver com a defesa a atenção primária e a prevenção da saúde. Ainda é necessário fortalecer e desenvolver os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, para evitar a utilização de equipamentos impróprios para o exercício da profissão e, o pagamento de baixíssimos salários, que alguns casos se assemelham ao trabalho escravo. Exemplo disto, o caso das terceirizadas no GHC (PLANSUL E CLINSUL), que sequer cumpriam

os seus contratos de trabalho e de serviços, deixando os trabalhadores sem salários, indenização e sem condições de trabalho.

É necessário reabrir a o Laboratório do Estado para a produção de medicamentos próprios. Desta maneira permite mais autonomia e menos dependência da indústria farmacêutica privada, desonerando a união e facilitando o usuário que depende dos medicamentos.

O financiamento que já é pouco, grande parte é consumido pela iniciativa privada, a partir da compra de serviços, procedimentos e medicamentos. Os governos que tem obrigação constitucional de aportar com 12% de suas receitas, muitas vezes não cumprem ou desviam do verdadeiro objetivo. É necessário ser rígido na aplicação dos recursos e sem mascarar como aplicação em setores e áreas que não tem nada haver com a saúde pública e universal.

A SES não dialoga com os trabalhadores da saúde, e esse diálogo é crucial para o sucesso das atividades. Somente uma SES democrática e participativa pode atacar as questões-chave da saúde dos gaúchos. Enfrentamos um quadro em que o Ministério da Saúde se coloca numa posição de excesso normativo para o SUS. A Constituição estabelece que a União deve legislar normas gerais para a saúde, cabendo aos Estados as normas específicas, respeitando as particularidades de cada região. Os Estados se eximem de assumir suas devidas responsabilidades. Eles deveriam ser coordenadores do SUS, conforme determinado pela Lei 8.080/90, mas poucos assumem esse papel.

O governo estadual deve cumprir com suas obrigações, não aceitando o excesso normativo do Ministério da Saúde. Vimos, na abordagem à epidemia de *Influenza* em seu erro estratégico de não priorizar a vacinação nos Estados mais frios, como é importante que haja um olhar regional para a saúde.

Para piorar a situação, há a obscuridade no repasse de verbas do Fundo Estadual de Saúde, precisamos de Transparência nos repasses de verba do Fundo Estadual de Saúde já!

Para reverter os problemas estruturais, desde o subfinanciamento, a privatização, o modelo assistencial curativo, a precarização do trabalho e a má formação de profissionais. A Frente de Esquerda defende um programa de mobilização, que está ao lado dos movimentos em defesa da saúde.

- Descentralização da Saúde! Criação de novos Hospitais;
- Contra a terceirização dos serviços essenciais nos Hospitais;
- Contra todas as formas de privatização da gestão SUS: OS's e OSCIP's, Empresas Públicas, Fundações Estatais de Direito Privado, EBSERRH E PPP's;
- Contra os subsídios públicos e isenções fiscais para o setor privado (planos de saúde, hospitais, prestadores de serviços, indústria farmacêutica e de equipamentos);
- Em defesa do SUS 100% público e estatal com o fim dos planos de saúde;
- Reorientação do sistema de saúde organizado a partir da atenção básica, contemplando prevenção, promoção e atenção integral à saúde;
- Por uma formação em saúde baseada na interdisciplinaridade e orientada pelas necessidades de saúde da população;
- Pelo Plano de carreira para todos os profissionais do SUS;
- Contra a medicalização da vida;
- Em defesa da reforma psiquiátrica antimanicomial. Contra a internação compulsória e o modelo de comunidade terapêuticas. Pelo fortalecimento e implementação da rede de atenção psicossocial, sem privatizações ou terceirizações.
- Contra o Estatuto do Nascituro, pela garantia de que nos estabelecimentos de saúde garantam o aborto legal e pela ampliação deste;
- Jornada de 30 horas semanais para todos os trabalhadores da saúde.

A privatização da Saúde Pública tem avançado na forma de Organizações Sociais (OS) e Fundações Estatais de Direito Privado. Esta lógica de colocar a saúde cada vez mais nas mãos de

interesses privados tem propiciado alguns episódios de corrupção e desvio de recursos públicos que precisam ser combatidos com firmeza.

5. EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! Pelo pagamento imediato do Piso Nacional.

O Rio Grande do Sul enfrenta muitas dificuldades em relação à educação. Em função disso, cresce a resposta através do ensino privado, inclusive na educação superior. Grande parte dos estudantes oriundos de escolas públicas garante o acesso ao ensino superior pagando altíssimas mensalidades em universidades privadas, tendo de ser explorados em empregos e estágios para pagar a faculdade. O Ensino Médio Politécnico, imposto de forma autoritária pelo atual governo, só agravou tal situação e foi apenas um exemplo da maneira desrespeitosa como o governo estadual tem tratado os educadores e a comunidade escolar.

A partir dessa realidade, vemos cada vez mais crescer o mercado de cursinhos pré-Enem e vestibular, e é preciso que o governo aposte e defenda a criação de cursinhos populares nos bairros, essas iniciativas fazem do conhecimento o alicerce de um movimento social em prol da educação e das mudanças.

A UERGS é um exemplo de como precisamos investir mais no ensino público. A universidade está com vários cursos fechados, e sendo cada vez mais escanteada pelo governo estadual. A Frente de Esquerda defende a escola e a universidade públicas, seus interesses e seus estudantes.

- Pagamento integral do PISO nacional do magistério sem alteração no plano de carreira, a partir da suspensão do pagamento da dívida pública estadual;
- Dobrar os recursos destinados à UERGS utilizando as verbas provenientes dos cortes em Cargos de Confiança;
- Nomeação imediata dos concursados;
- Realização de concurso para funcionários de escola.
- Reforma da estrutura física das escolas;
- Reestruturação do IPE;
- Atualização das promoções.
- Respeito à gestão democrática;
- Abertura de negociação com a comunidade escolar sobre a reforma do ensino médio;
- 35% da receita líquida de impostos e transferências para a educação.
- Campanha Estadual de Criação de Grêmios Estudantis;
- Meia entrada ampla e irrestrita para os jovens em atividades culturais como cinema, teatro, dança, shows e jogos, garantindo o resguardo às atividades que já tenham ingresso popular;

6. SEGURANÇA PÚBLICA PARA TODOS E CONTROLADA POR TODOS.
Contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais

As questões concernentes à segurança pública transpassam a atividade policial e se relacionam diretamente ao enfrentamento dos problemas sociais vividos num país como o Brasil, onde a riqueza se concentra nas mãos de uma minoria em detrimento da grande maioria da população, que não se vê contemplada por políticas públicas abrangentes que lhe garantam uma educação de qualidade, acesso à moradia digna, emprego e renda compatíveis.

O que temos visto é que as Polícias, em especial a Brigada Militar, tem sido usadas como “bucha de canhão” para a defesa de interesses de muito poucos gaúchos privilegiados: os ricos e os políticos da ordem. Com a eclosão das manifestações de junho de 2013, esta situação ficou evidente. A repressão às manifestações demonstrou o despreparo da PM, na maioria das vezes sendo ela a provocadora de ações violentas. Por outro lado, demonstrou uma “preparação” para a criminalização dos movimentos sociais que relembram os tempos da ditadura militar, em especial no indiciamento de lideranças dos movimentos sociais que construíram as mobilizações, com

apreensão de livros, panfletos, etc. e diligências nas casas dos militantes. Tal inquérito que mais parece um documento político mal feito. Baseado em depoimentos de policiais infiltrados nas manifestações e nos movimentos, o inquérito busca criminalizar os lutadores de junho a partir de uma perseguição política a militantes do PSOL, do PSTU e do Bloco de Lutas pelo transporte Público, tipificando, sem provas, os supostos crimes por formação de milícia armada, um verdadeiro absurdo. Além disso, em função da Copa do Mundo em 2014, milhares de soldados da BM foram trazidos para a capital, desguarnecendo inúmeras regiões do estado e favorecendo à criminalidade nessas regiões. Os policiais que foram designados para tal operação foram submetidos a situações degradantes em alojamentos de péssima qualidade.

Em muitas manifestações pôde-se notar o desconforto dos policiais em ter de atender a ordens superiores que orientavam a repressão sem diálogo. As distorções de uma polícia militarizada, sem possibilidade de associação e representação sindical, com uma hierarquia análoga ao exército, instauram um clima de guerra permanente, sempre em busca de um novo inimigo interno. Para que as polícias cumpram com seu papel de garantidoras da segurança pública e não de criminalizadoras da pobreza e dos movimentos sociais, é necessária uma visão comunitária e desmilitarizada, de interação e educação da população, algo que evidentemente não acontece atualmente.

Salientamos que as ações de segurança pública se darão de maneira integrada a outras áreas, especialmente educação, cultura, saúde, assistência social e planejamento. Com essa visão integradora, mudando a lógica ultrapassada que até hoje vem sendo executada sem sucesso pelos sucessivos governos, na construção de um diálogo permanente com a população, juntos construiremos um novo momento para a segurança pública no Rio Grande do Sul. Defendemos a criação de uma Policia Civil Unificada (PCU), que defenda os interesses dos pobres e dos bairros da periferia, com melhores salários e uma estrutura interna democrática, através da eleição dos oficiais superiores. A hierarquia atual não assegura a eficiência da polícia, mas acoberta a corrupção e a ineficiência.

Não é possível que um Estado como o Rio Grande do Sul, com sua abundante produção, que figura entre as maiores economias do Brasil, continue pagando salários aos servidores de segurança pública da Brigada Militar, da Polícia Civil, da SUSEPE e do IGP abaixo de seus pares de outros estados. Essa condição leva os servidores a atuarem em atividades paralelas, lhes tirando o descanso e o lazer ao lado da família, aumentando o nível de estresse e, por conseguinte, reduzindo a capacidade produtiva na atividade policial, vindo em prejuízo do conjunto da sociedade.

Os órgãos de segurança pública necessitam passar por uma profunda remodelação, visando a se adequarem à realidade social vigente. Não podemos ter organismos policiais com cisões internas proporcionadas pela divisão de classe, o que conduz a uma cultura de guerra.

Dessa forma, entendemos que as carreiras policiais devem ter porta de entrada única, onde o servidor ao longo da carreira, conjugando experiência profissional e conhecimento teórico, vai galgando os mais variados níveis hierárquicos até chegar ao mais alto posto da corporação. Essas remodelações serão construídas em conjunto com os servidores, representados pelas entidades de classe e por representantes regionais dos servidores dos mais variados níveis hierárquicos, visando, a partir da reestruturação, tranquilidade aos trabalhadores de segurança pública para prestarem um serviço cada vez de mais qualidade à população.

7. TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE!

Empresa metropolitana de transportes públicos, Passe-livre estudantil interestadual e reestruturação da AGERGS

Por uma AGERGS democrática. É necessário mudar a composição da AGERGS para combater o aculturamento favorável aos interesses privados que se disseminou, e tornar real a participação dos usuários, com a representação dos movimentos sociais. Atualmente, três componentes são indicados pelo governo, dois pelas empresas, um técnico e dois usuários (que não têm regulamentados os critérios de participação). Na prática, a maioria dos assentos fica com o governo e os interesses privados. Até as vagas dos usuários têm sido sistematicamente indicações políticas

dos governos. Refundar a AGERGS, ampliar a democracia e empoderar a sociedade civil são os compromissos da Frente de Esquerda.

Além disso, é preciso conceber o transporte público como direito básico da população, sem o qual nenhuma economia moderna teria condições de desenvolver-se. Por isso, o Estado deve promover o direito ao transporte público e não promover os lucros privados através de concessões sem fiscalização de qualidade do serviço e das condições de trabalho de seus trabalhadores. A greve histórica dos trabalhadores rodoviários de Porto Alegre em fevereiro de 2014, demonstrou o peso dos transportes públicos na vida da cidade e as péssimas condições de trabalho dos rodoviários, os riscos e a exploração a que são submetidos, mas demonstrou, sobretudo, que os trabalhadores e os usuários devem ser chamados à construção de um Plano Estadual de Transporte Público e ser parte da gestão das empresas públicas que progressivamente avancem sobre os monopólios, em qualidade e em abrangência. Mais sabe do transporte quem nele trabalha e nele também sofre uma imensa população usuária, com o crescimento vertiginoso do carro individual e a precarização do transporte público na mão dos monopólios.

Com a atual configuração, propomos as seguintes medidas:

- Criação de uma Empresa Pública de Transportes na região metropolitana e proibição dos monopólios das linhas, criando um critério de qualidade público e a diversificação de modais;
- Passe-livre interestadual para estudantes residentes fora de seu local de estudos;
- Por um Rio Grande do Sul sem pedágios privados, pela não-renovação dos trechos pedagiados e fiscalização quanto à qualidade das rodovias devolvidas conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado;
- O governo deve abrir uma agenda de debates para realizar planejamento estratégico dos serviços públicos. A sociedade deve discutir o conteúdo dos contratos, o marco regulatório que transcende o conteúdo do contrato em nome do controle social e do interesse público e qualidade dos serviços, sobretudo, no caso dos transportes intermunicipais e metropolitano;
- Investir em outras modalidades de transporte: hidroviário e cicloviário. Esse modelo de transporte baseado apenas na forma rodoviária tem maior custo aos usuários e é mais poluente. O governo da Frente de Esquerda promoverá o transporte hidroviário de carga, mas sobretudo, de populações;

8. DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE VERDADE!

As Jornadas de Junho tiveram como um dos seus pontos importantes a crítica à atual configuração dos meios de comunicação no país. Controlada por poucas famílias, a concessão pública que deveria ser a comunicação social, se tornou um grande negócio privado. As emissoras públicas são relegadas ao esquecimento pelos governos e a concorrência com os monopólios se torna impossível quando inclusive as verbas governamentais – incluindo as verbas de publicidade – são destinadas aos grandes meios monopolizados. Nos últimos 12 anos, a Rede Globo recebeu, por exemplo, quase 6 bilhões de reais. As emissoras de televisão tiveram sua fatia de publicidade incrementada. 62,3% das verbas estão indo para TV (em 2000 eram 54,4%). Destes, 43,98% foram para a Globo em 2012. Os jornais impressos tiveram grande queda, de 21,1% para 8,2%, enquanto emissoras de rádio e revistas tiveram pequenas quedas, estando cada uma com 7% em 2012 (em 2000 recebiam 9% das verbas). A internet teve grande crescimento, de 1,85% para 7,08%, por conta da expansão de sua audiência.

No Rio Grande do Sul a situação não é diferente, a equipe do “Jornalismo B” teve acesso às planilhas de gastos publicitários do Governo do Estado do Rio Grande do Sul referentes a 2013. O que os dados mostram, se os compararmos com os números de 2012, é um crescimento da

concentração das verbas de publicidade nas emissoras de televisão, por um lado, e no Grupo RBS, por outro. As verbas destinadas à internet, às rádios comunitárias e aos jornais de bairro ou segmentados continua ínfima em comparação com os outros tipos de mídia. As melhorias na distribuição são pontuais e raras. O que se vê, na verdade, são retrocessos em relação a 2012, e uma enorme fatia desses recursos destinadas ao Grupo RBS, que recebeu, em 2013, R$ 17.577.229,86, o que representa 35% do total. São quase R$ 1,5 milhão ao mês.

VERBAS PUBLICITÁRIAS ESTATAIS - RS - 2013			
TV Porto Alegre	20.270.857,99	RÁDIOS Porto Alegre	11.425.260,57
Grupo RBS	9180004,91 (45%)	Grupo RBS	4962630,73 (43%)
TV INTERIOR	1.555.458,33	RÁDIOS Interior	2.124.998,08
Grupo RBS	1.006.352,48 (65%)	Grupo RBS	121890,24 (6%)
TV FECHADA	267.249,23	RÁDIOS COMUNITÁRIAS	81.921,17
Grupo RBS	-	Grupo RBS	-
JORNAL Porto Alegre	7.770.162,04	CINEMA	123.367,00
Grupo RBS	1.387.768,48 (18%)	Grupo RBS	-
JORNAL Interior	2.010.063,08	INTERNET	1.496.642,73
Grupo RBS	129924,96 (6%)	Grupo RBS	159.345,73 (11%)
JORNAL BAIRRO	47.854,41	MÍDIA EXTERIOR	1.087.701,61
Grupo RBS	-	Grupo RBS	-
JORNAIS Outros Estados	306.981,23	"OUTROS"	1.542.105,27
Grupo RBS	-	Grupo RBS	629.612,33 (43%)
REVISTAS	731.161,51		
Grupo RBS	-	TOTAL GERAL	50.841.784,25
jornalismob.com / facebook.com/jornalismob		TOTAL GRUPO RBS	17577229,86 (35%)

Fonte: Jornalismo B

PROPOSTAS:

1. Fortalecimento dos veículos alternativos enquanto individualidades e enquanto conjunto – avançar em formas de financiamento, produção de conteúdo, qualificação dos materiais produzidos; encontrar pontos de intersecção para fortalecer a unidade, construir coberturas colaborativas e troca constante de conteúdo e divulgação.

2. Fomento à criação de novos veículos . É preciso ir além, pensar de forma colaborativa e solidária, e, assim, amparar das mais diversas formas a construção de mais e mais espaços de comunicação alternativa, tanto através de ações diretas (promoção de oficinas e apoio na estruturação de veículos, por exemplo) como através de pressões por leis que garantam o acesso da mídia alternativa a apoio financeiro e logístico do Estado.

3. Democratizar os meios – é fundamental a compreensão de que não basta fortalecer os meios alternativos, é necessário acabar com os privilégios e concessões aos grupos empresariais que, via abuso de poder econômico e político, controlam a comunicação no país e no estado.

4. É dever do Estado garantir a liberdade de expressão e cumprir o que determina a Constituição da República. A quase totalidade dos artigos da Carta que versam sobre a Comunicação Social não está regulamentada, o que representa um vácuo legal que acaba criando a possibilidade de abusos e absurdos como o controle de quase toda a informação que circula no país por apenas nove famílias.

5. Expansão do debate sobre o tema a toda a sociedade – o conjunto da população precisa apropriar-se da temática da comunicação, questão central na disputa social em defesa da democracia real.

Consta, na previsão orçamentária para 2014, o gasto de R$ 18 milhões com "Gasto com Publicidade Institucional – SECOM", detalhado como "*Divulgar nos meios de comunicação, inclusive nas*

rádios e TVs comunitárias, obras, serviços, atos ou campanhas desenvolvidas pelo governo do estado com caráter educativo, informativo ou de orientação, nos termos do parágrafo sétimo, artigo 149, da Constituição Estadual."

Também estão previstos R$ 2,4 milhões para "PUBLICIDADE - PLANO DE COMUNICAÇÃO RS COPA 2014", com o objetivo de "*Criar, autorizar e executar materiais publicitários para seminários, eventos e reuniões do Comitê Gestor. Elaborar materiais de divulgação impresso e eletrônico para as Câmaras Temáticas. Orientar e gerenciar a comunicação de todas as informações do projeto Copa 2014 no âmbito do Governo do Estado, construindo transversalidade com todas as secretarias fins, praticando a transparência dos gastos e investimentos públicos, mantendo informados a sociedade e órgãos de controle*."

Tais gastos com publicidade devem ser reduzidos. Devem ser redirecionados às urgentes necessidades do povo gaúcho.

9. RIO GRANDE DO SUL LIVRE DE PRECONCEITO

Defendemos o fim de qualquer tipo de discriminação de gênero, étnica ou de orientação sexual. Para isso é fundamental políticas de combate à discriminação e ações afirmativas que valorizem e incentivem as minorias e maiorias historicamente oprimidas. Por isso, defendemos:

- Qualificação e a ampliação do número de delegacias das mulheres, e que sejam dirigidas por delegadas e policiais femininas, treinadas para esse tipo de atendimento, além de assistentes sociais, bem como ampliação das casas de apoio, com atendimento especializado no campo da saúde; e organização de juizados específicos para que a Lei Maria da Penha seja efetivamente aplicada, além de uma ampla campanha pública contra a violência;
- Creches em todos os órgãos públicos estaduais para garantir a permanência das mulheres no trabalho, além de pressão para que haja creches nos espaços de estudo e trabalho dos âmbitos municipais e federais;
- Manter a rede estadual ofertando vagas na educação infantil, uma vez que a estrutura de escolas da rede em parceria com as prefeituras pode potencializar o aumento das vagas na educação para as crianças.
- Criação da Lei Anti-Homofobia Estadual para coibir e punir ações homofóbicas e preconceituosas;
- Apoio aos Movimentos Nacionais GLBTT para aprovação da criminalização da homofobia e pelo casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo, bem como o direito de adoção;
- Desenvolvimento de ações intersetoriais de educação em direitos humanos e respeito à diversidade, efetivando campanhas e currículos que abordem os direitos sociais;
- Aplicação da Lei 10.639 no RS, com ensino da formação da história afro-brasileira em toda a rede do Estado;
- Apoio à regularização das comunidades quilombolas;
- Incentivo e criação de ações de resgate da história e da memória dos negros e indígenas no Rio Grande do Sul;
- Que o estado, em unidade com a saúde pública dos municípios, fomente debates de educação sexual para homens e mulheres em todas as escolas, postos de saúde, associações de bairros, além da distribuição gratuita e variada de métodos contraceptivos;
- Criação de um plano estadual de políticas públicas para as mulheres, que seja construído a partir de um amplo debate entre a Secretaria Estadual das Mulheres e os movimentos de mulheres organizados, e que reflita suas reivindicações históricas. É preciso que o governo

tenha uma atitude pró-ativa, efetiva e transversal em todas as suas áreas, combatendo as diversas formas de opressão incrustadas em nossa sociedade.

10. CULTURA E ARTE POR TODA PARTE!

A administração pública em todos seus âmbitos sempre tem tratado a gestão cultural com certo estranhamento, desprezo e distanciamento, e geralmente é vista como uma atividade "não-prioritária" por todos os gestores públicos. No entanto, cremos que cabe à SEDAC a função fundamental de ser um órgão mobilizador de todos os atores da produção artística, um órgão articulador das diversas fases das artes e da cultura, seja erudita ou popular; assim lhe cabe a promoção no Estado da cultura como uma das esferas da gestão de todos os municípios, criando verdadeiramente um sistema estadual da cultura, com ampla participação da sociedade. A SEDAC terá que primeiro cumprir essa função, que é a de criar uma política cultural no Estado; apenas após esse momento de consolidação da cultura poderá se dedicar a sua própria agenda.

Mais do que priorizar o apoio a eventos, cabe à SEDAC a formação de novos públicos, através da circulação de bens culturais; incentivar a produção artística, mapeando e apoiando as experiências inúmeras de artistas e comunidades; promover a formação e qualificação dos artistas e dos gestores culturais. Esses processos não são repletos de "plumas e paetês", são processos de pesquisa, formação, estudo. E que não podem ser contemplados pelo ensino formal, repleto de outras prioridades.

Os processos que devem ser de responsabilidade da SEDAC são processos a médio e longo prazo, mas é necessário começar essa construção.

Os espaços destinados às atividades culturais são fundamentais num processo de formação cidadã, que caminha a par da escola e do sistema de ensino. No centro cultural a participação é volitiva; o aprendizado é informal e se passa a exercer o direito do acesso ao conhecimento. No centro cultural cada um é um agente, desde o momento que vai usufruir de um bem cultural até o momento que vai produzir ou apresentar sua produção.

- Incentivo à criação de centros culturais públicos e/ou comunitários;
- Criação de rede estadual de centros culturais públicos e/ou comunitários;
- Promoção de oficinas e cursos sobre gestão de espaços culturais;

O caminho frequentemente utilizado pela SEDAC tem sido o uso da LIC, uma lei de renúncia fiscal, que tem a avaliação dos projetos a serem beneficiados determinados pelo CEC. Mas desde sua criação, a LIC se transformou num meio de incentivo fundamentalmente a eventos artísticos e espetáculos nacionais sob o argumento de garantir o acesso aos "bens culturais", que nem sempre precisariam de incentivos fiscais e que oferecem como contrapartida ingressos que dificilmente chegam às mãos da comunidade.

No governo Olívio Dutra, para sustentar os projetos que não conseguiam captação, foi criado o Fundo de Amparo à Cultura (FAC), nos moldes do FUMPROARTE, de Porto Alegre. Mas o fundo, saudado pela comunidade cultural, não passou de um factóide: nunca foi implementado. Por isso propomos:

- Consolidação do orçamento próprio da SEDAC, para que esta não precise se beneficiar da LIC;
- Incentivo à criação e consolidação de orçamentos de cultura nos municípios;
- Incentivo à criação de Fundos Municipais de Cultura;

- Inversão de prioridades na LIC, passando a priorizar aqueles projetos que visem a criação e produção de artistas locais;
- Implementação efetiva do FAC. Anualmente, o Fundo de Amparo à Cultura terá o orçamento igual a 50% do valor captado pela LIC.